



O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA ESCOLA MUNICIPAL CONRADO SARAIVA DE MOURA

TEACHING AFRO-BRAZILIAN HISTORY AND CULTURE AT THE CONRADO SARAIVA DE MOURA MUNICIPAL SCHOOL

Francielcio Silva da Costa¹
Maria Betânia Saraiva de Almeida²

RESUMO

O presente artigo intitula-se *O ensino de História e cultura afro-brasileira na Escola Municipal Conrado Saraiva de Moura*, visto que lidou diretamente com as questões do ensino de História e da cultura afro-brasileira que são temas complexos e bastante atuais. Decerto, o esse estudo se desenvolveu principalmente para compreender como está se dando a efetivação da Lei 10.639/03, na escola pública supracitada. Posto isso, os objetivos da pesquisa buscam contextualizar a trajetória educacional dos negros no Brasil, destacar a relevância do movimento negro, identificar como é aplicada a lei na escola e investigar se haviam atividades extracurriculares referentes ao tema pesquisado. Metodologicamente falando, este artigo é construído por meio de uma pesquisa de caráter bibliográfico, utilizando obras de autores consagrados, e de uma pesquisa de campo com aplicação de questionários voltados para os alunos do 6º ao 9º do ensino fundamental professores de História, a diretora e o coordenador. Nesta perspectiva, ressalta-se que os referenciais teóricos desse trabalho foram baseados em autores, como Cruz (2005), Fernandes (2008) e Pereira (2010). Com relação aos resultados obtidos, pontua-se que, na Escola Municipal Conrado Saraiva de Moura, o ensino de História e cultura afro-brasileira ainda é considerado um grande desafio e problema a ser enfrentado pelos professores, alunos e toda a equipe escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História. Educação antirracista. Cultura afro-brasileira.

ABSTRACT

The present article is entitled the teaching of Afro-Brazilian history and culture at the Conrado Saraiva de Moura municipal school, with this it is emphasized that this work dealt directly with the issues of teaching history and Afro-Brazilian culture that are complex themes and quite current. What led us to develop this study was mainly to understand how the implementation of Law 10.639/03 is taking place in this public school. About the objectives that guided, it is mentioned to contextualize the extracurricular research of the Black movement, to identify how the law is applied in the school and to investigate if extracurricular activities investigate the theme. Methodologically speaking this, a bibliographic research was used, using works of renowned authors and a Field research was carried out with the application of questionnaires aimed at students from the 6th to the 9th of elementary school, of this institution, History teachers, the director and the coordinator. In this perspective, it is noteworthy that the theoretical references of this work were based on authors such as Cruz (2005), Fernandes (2008) and Preira (2010). With the results obtained in this article, it is pointed out that in the municipal school Conrado Saraiva de Moura the teaching of Afro-Brazilian history is still considered a challenge by teachers, students and school staff.

KEYWORDS: Teaching History. Anti-racist education. Afro-Brazilian culture.

¹ Graduado em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Especialista em História e Cultura Afro-brasileira pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (Faveni).

² Graduada em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).



1. INTRODUÇÃO

A escola é um espaço no qual se encontra uma diversidade cultural significativa em que é possível perceber diversos tipos de comportamentos, valores, crenças, assim como um espaço atuante no combate à discriminação de cor. Nesse cenário, entra em questão o objeto de estudo do presente trabalho: o ensino de História e cultura afro-brasileira na Escola Municipal Conrado Saraiva de Moura. Destaca-se que há a necessidade de abordarmos esta temática nos âmbitos escolares, devido à falta de reflexão acerca do papel essencial do negro na formação da sociedade nacional. de estudo do presente trabalho: o ensino de História e cultura afro-brasileira na Escola Municipal Conrado Saraiva de Moura. Destaca-se que há a necessidade de abordarmos esta temática nos âmbitos escolares, devido à falta de reflexão acerca do papel essencial do negro na formação da sociedade nacional.

Sobre os objetivos que nortearam este trabalho, menciona-se: contextualizar a trajetória educacional dos negros no Brasil; destacar a relevância do movimento negro; identificar como é aplicada a Lei 10.639/03 na escola; e por fim investigar se haviam atividades extracurriculares referentes ao tema pesquisado. Logo, salienta-se que esses objetivos orientaram o desenvolvimento deste estudo acadêmico.

O interesse no tema surgiu da necessidade em se observar como se dá a efetivação da lei na escola mencionada acima. Isso porque, ao longo do curso superior, houve diversas oficinas ofertadas pelos próprios acadêmicos da instituição sobre temas como o preconceito racial e como a população negra é afetada tanto pela violência como pelas desigualdades sociais, momentos nos quais obtive conhecimento acerca da Lei 10.639/03, surgindo questionamentos sobre sua parte prática.

Além disso, por já ter estudado na Escola Municipal Conrado Saraiva de Moura, percebi que os conteúdos vinculados à referida lei não foram ofertados ao longo do ensino fundamental. Desta forma, senti a falta do devido comprometimento da instituição no sentido da aplicação da lei. Assim, ressalta-se a pertinência do presente trabalho, uma vez que se trata de um tema em que é necessário que haja debates e consequentemente a desconstrução de pensamentos e atitudes racistas que estão presentes no cotidiano escolar da população negra.

Por conta disso, a necessidade de realizarmos esta pesquisa surgiu mediante questionamentos sobre o ensino antirracista, levando-nos a formular tal problemática: no que concerne a efetivação da Lei 10.639/03, no ensino de História, quais medidas vêm sendo



tomadas no sentido da aplicação dos conteúdos vinculados ao ensino de História e Cultura afro-brasileira no ensino fundamental da Escola Municipal Conrado Saraiva de Moura?

Em sua metodologia, este estudo utilizou-se da associação entre teoria e prática: na parte teórica, se fez necessário o uso de um levantamento bibliográfico utilizando obras de autores consagrados no que concerne ao tema da pesquisa, buscando historicizar o processo de educação dos negros no Brasil, abordar sobre os movimentos antirracistas, como o Movimento Negro Unificado, a Lei e o ensino de História e Cultura afro-brasileira. A parte prática se deu por intermédio da pesquisa de campo com aplicação de questionário, fazendo uma análise de como se dá a efetivação da Lei 10.639/03 na escola mencionada anteriormente.

2. A EDUCAÇÃO DOS NEGROS NO BRASIL

O processo de escravização praticado pelos europeus se justificava pelo que eles consideravam inferiores, negando suas subjetividades, como podemos observar na fala de Onofre (2014, p. 26)

Quando nos referimos à África, de qual África estamos falando? Por séculos, a visão sobre o continente esteve permeada de estereótipos e preconceitos relacionados aos povos africanos. O pensamento hegemônico ocidental tratou de ocultar a história da África, atribuindo adjetivos relacionados ao atraso, ao exótico, ao que é selvagem e sem cultura. Uma história relegada e destinada ao desconhecimento.

A partir desse pensamento hegemônico colocando aqueles que tinham modos de vida diferente dos europeus como inferiores, se iniciou o processo de trazer e escravizar milhões de pessoas de diferentes partes do continente africano. Em meados do ano 1538, mediante o tráfico transatlântico, buscou-se escravizá-los inicialmente nas plantações de cana-de-açúcar, visto que os proprietários de terras desta época, não possuíam mão de obra suficiente.

Os africanos escravizados eram proibidos de exercerem qualquer posto perante a sociedade que não fosse de submissão, assim tiveram sua história negada e sua participação na formação da sociedade brasileira relegada. Acerca do que já foi mencionado, Oriá (2005, p. 380) observa que

Os africanos, que aqui aportaram em nosso território na condição de escravos, são vistos como mercadoria e objeto nas mãos de seus proprietários. Nega-se ao negro a participação na construção da história e da cultura brasileiras, embora tenha sido ele a mão-de-obra predominante na produção da riqueza nacional, trabalhando na cultura canieira, na extração aurífera, no desenvolvimento da pecuária e no cultivo do café, em diferentes momentos de nosso processo histórico.



A escravização de pessoas negras trazidas do continente africano e dos nascidos no Brasil durou mais de 300 anos, nos quais sofreram várias formas de opressão, destituídos de suas identidades, tendo seus direitos negados perante a sociedade, além de serem proibidos de terem acesso aos espaços educacionais. Contudo, já existiam no Brasil Império escolas informais para pessoas negras nascidas livres. Esses espaços eram criados pelos próprios negros (uma das inúmeras formas de resistência a esse sistema nos quais foram submetidos), mesmo que ainda de forma reduzida, como podemos observar na afirmação de Cruz (2005, p. 27)

A necessidade de ser liberto ou de usufruir a cidadania quando livre, tanto durante os períodos do Império, quanto nos primeiros anos da República, aproximaram as camadas negras da apropriação do saber escolar, nos moldes das exigências oficiais. Sendo assim, embora não de forma massiva, camadas populacionais negras atingiram níveis de instrução quando criavam suas próprias escolas; recebiam instrução de pessoas escolarizadas; ou adentravam a rede pública, os asilos de órfãos e escolas particulares.

Os negros que puderam ingressar nos âmbitos educacionais só o fizeram após a promulgação da Lei do Ventre Livre, em 26 de setembro de 1871, que declarava livre os filhos de escravizadas que nascessem a partir da referida data. Cruz (2005) cita autores como Barbosa (1997), Maciel (1997) e Pereira (1999), que abordam sobre as escolas informais criadas pelos negros, como a Escola Perseverança, do professor Antonio Cesarino, primeiro colégio destinado para meninas brancas, fundada em Campinas no ano de 1860. Com as mensalidades pagas pelas famílias brancas, Cesarino ministrava aula gratuitamente para meninas negras. Estudos dão conta também do Colégio São Benedito, destinado a alfabetizar os filhos de homens negros da cidade, criado em Campinas, no ano de 1902.

Estas escolas, ainda que fossem de forma não tão massiva, contribuíram para a escolarização dos negros libertos, em tempos nos quais o Estado não lhes ofereciam subsídios para a integração destes nos âmbitos sociais e educacionais. Os poucos registros que temos de negros escolarizados são pelo fato deles próprios terem fundados suas escolas. Após a abolição da escravatura, em 13 de maio de 1888, o governo brasileiro em nada contribuiu para a integração dos negros nos âmbitos sociais e educacionais. Fernandes (2008, p. 29) afirma que nesse processo

Os senhores foram eximados da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto reparar-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho.



Assim, essas pessoas foram deixadas às margens da sociedade. Seguindo ainda com o pensamento do referido autor, nota-se que

O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua esposa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva. (FERNANDES, 2008, p.29).

Nesse quadro entram inúmeras lutas e resistências, entretanto, ainda não se tinha nenhum projeto de integração dos negros na sociedade, estes se encontravam sem moradias e sem acesso à educação, uma vez que não tiveram o devido aparato pelo Estado. Isso ocasionou consequências que perduram em nossa sociedade até hoje, como o preconceito, a desigualdade social, a intolerância religiosa e o racismo.

A história da educação dos negros no Brasil sempre foi marcada pela desigualdade, entre as consequências provocadas no âmbito educacional destacam-se os altos índices de evasão escolar entre a população negra, pois um dos fatores que podem ser elencados para tal disparidade é a falta de representação no espaço escolar. Ademais, o caráter do ensino se caracteriza pela supervalorização do estrangeiro, do que é de fora, sobressaindo-se o ensino de culturas europeias, as quais são tidas como superior e civilizada.

Nesse sentido, com a negação da história da população negra, assim como de suas contribuições para a formação da sociedade brasileira dentro do âmbito escolar, estruturaram-se ainda mais atitudes racistas, uma vez que essas práticas estão cada vez mais enraizadas em nossa sociedade. Fernandes (2005, p. 381) afirma:

É de fundamental importância a inclusão do ensino de história da África no currículo da educação básica, por saber que a instituição escolar tem um papel fundamental no combate ao preconceito e à discriminação, porque participa na formulação de atitudes e valores essenciais à formação da cidadania de nossos educandos.

A escola é um espaço que proporciona a formação tanto intelectual quanto moral do cidadão. É neste espaço de socialização e de democratização do ensino que devem ser valorizadas as vivências dos alunos, os quais devem ser estimulados sobre a importância da criticidade, de conhecer a história do seu povo, conhecimentos que são ferramentas essenciais no combate ao preconceito e à discriminação. Nesse contexto, surge o Movimento Negro Unificado. De acordo com Pereira (2010, p. 64)

Durante a sua criação, o MNU propunha ser um movimento nacional unificado, e conseguiu contar com a participação de militantes de alguns estados. Todavia, com as



diferentes visões em relações à luta contra o racismo, existentes no meio da militância negra, o MNU tornou-se uma entidade, como várias outras, com ramificações em diferentes regiões do país.

De fato, esse movimento foi desenvolvido a partir da necessidade de lutar por direitos iguais e de garantir o ingresso e a permanência da população negra, que hoje são descendentes dos negros que foram escravizados e que não tiveram a oportunidade de adentrar nos espaços educacionais, tema que será discutido no tópico seguinte.

2.1 O Movimento Negro Unificado

Ainda no período em que a escravização dos negros vigorava no Brasil, os negros encontraram diversos meios de resistir a esse sistema, alguns conseguiam comprar a carta de alforria e muitos fugiam e se organizavam nos chamados Quilombos. Soares (2016, p. 73). afirma que

O quilombo representou somente uma das formas de resistência e combate ao escravismo criminoso contra os africanos e seus descendentes na diáspora negra. Sua formação visava à rejeição contra a condição de escravização imposta aos africanos. Além dos quilombos, formam muitas as formas de resistência à escravidão negra, quer seja coletiva ou individual. A exemplo das revoltas (Malês/BA, Balaiada/MA), importantes eventos tiveram a participação dos afrodescendentes. Como também podemos mencionar as irmandades de santo (Nossa Senhora da Boa Morte/ BA – por volta de 1820); Irmandade de (Nossa Senhora do Rosário – Caicó/RN – 1860); São Benedito dos Homens Pretos (RJ, 1640), bem como os clubes e agremiações; a imprensa negra e tantas outras formas de resistências e luta pela abolição da escravatura.

São notórios os diversos movimentos de luta pela libertação, além disso, mesmo após a abolição da escravatura, os negros libertos, os ex-escravizados e os seus descendentes eram maltratados. Por consequência, surgiram movimentos que lutavam contra a segregação social a qual estes eram submetidos; com a Proclamação da República, esses movimentos foram ganhando força com reivindicações por uma qualidade de vida melhor. Em 1931, foi fundado a Frente Nacional Brasileira, uma importante organização política na luta contra o racismo. Segundo Domingues (2007, p. 106):

A entidade desenvolveu um considerável nível de organização, mantendo escola, grupo musical e teatral, time de futebol, departamento jurídico, além de oferecer serviço médico e odontológico, cursos de formação política, de artes e ofícios, assim como publicar um jornal, o A Voz da Raça.

Estes movimentos foram perdendo força no período da Ditadura Militar, devido às muitas formas de repressão, mas não deixaram de atuar. Com o processo de redemocratização no



Brasil, o movimento começa a se organizar, tendo em vista o contexto em que se encontrava, já que, nos Estados Unidos, a população negra local vivia um regime de segregação racial legalizado e, na África do Sul, lutavam pela independência dos países.

Nesse sentido, o Movimento Negro Unificado surgiu na década de 1970 com o intuito de quebrar barreiras, lutar por direitos iguais entre negros e brancos, contra o regime de segregação racial, bem como o foco principal ao acesso a uma educação de qualidade e inclusiva. Outrossim, ele contestava também o mito da democracia racial, que consiste na crença de que há uma igualdade plena entre negros e brancos e que estes grupos não sofrem nenhum tipo de preconceito racial, entretanto, é interessante partilhar da afirmação de Soares (2016, p.84-85):

“Todavia, precisou se ajustar e admitir que tal democracia ocorria tão somente no campo jurídico, pois, no convívio entre as pessoas e nas experiências cotidianas, continuava a ser um país racista, com políticas públicas universalistas e segregacionistas. É sabido, também, que, embora nunca tenha se consolidado no país um regime de segregação racial legal e formal, a realidade brasileira demonstra outra face. As distinções e desigualdades raciais são contundentes, facilmente visíveis e de graves consequências para a população afrodescendente e para o país como um todo.

Desse modo, reivindicações do movimento negro focaram na integração dos negros nos âmbitos educacionais, que, por sua vez, foram tomando proporções cada vez maiores assim como o número de militantes advindos de instituições de ensino médio e superior. Com isso, os números de pesquisas referentes à educação do negro aumentaram. Dessa forma, observamos, na fala de Onofre (2014, p. 43), que: “As produções científicas sobre o negro e a educação tem se intensificado, contribuindo para o combate ao racismo e favorecendo que outras leituras possíveis sejam assimiladas no que concerne à história do negro na sociedade brasileira”.

Um das conquistas provenientes do MNU é a criação de ações afirmativas, que podem ser pensadas como uma estratégia para reparar e integrar grupos que foram e são marginalizados na sociedade. Estas ações podem ser visíveis nos âmbitos educacionais principalmente por conta da promulgação da Lei 10.639/03, a qual estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura afro-brasileira. Ainda podemos citar as Políticas de Cotas, que, nas palavras da autora Oliven (2007, p. 30), “são formas de ações afirmativas que podem se basear em critérios não apenas raciais, mas sociais, biológicos, etc.”. Assim, os colocariam em outro patamar perante a sociedade. Portanto, com a promulgação da Lei, tornaram-se visíveis os “resultados desse novo lugar político e social e das várias reivindicações dos movimentos negros ao longo das últimas décadas” (PEREIRA, 2010, p. 27).

Certamente, os movimentos de consciência negra, como bem salienta Oriá (2005, p. 381), “lutam, em todo o país, contra quaisquer formas de preconceito e discriminação racial, bem



como pelo direito à diferença, pautada no estudo e valorização de aspectos da cultura afro-brasileira”. Logo, prioriza-se destacar as contribuições sociais para a formação da sociedade brasileira por parte da população negra, fatos incontestáveis, embora, infelizmente, a devida valorização e os ensinamentos acerca de sua história e cultura tenham se dado por meio de uma lei.

2.2 A Lei 10.639/2003 e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira

A escola como sendo um espaço educador passou a ser também um instrumento de proliferação do racismo nas demais camadas da sociedade. Assim, há a necessidade da criação de leis que garantam a representatividade de negros e negras destacando-os como constituidores e formadores da sociedade brasileira, por conseguinte, um dos meios para tal se dá através dos métodos educacionais nos quais entra em visibilidade a Lei 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/1996, em que estabelece, por meio do Artigo 26-A, que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira”, ainda dispõe por intermédio dos parágrafos

§ 1º O conteúdo programático incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil;

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras, estabelecendo também o dia 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra (BRASIL, 2003).

A Lei 10.639/2003 se encaixa como uma das conquistas do Movimento Negro e destaca as contribuições da população afrodescendente no que tange aos aspectos sociais, culturais e políticos, na luta por igualdade e inclusão social. Decerto, podemos observar na fala de Oriá (2005, p. 384)

Sem sombras de dúvida, a Lei representa um avanço ao possibilitar a construção de um multiculturalismo crítico na escola brasileira, ao tempo em que reconhece uma luta histórica do movimento negro em nosso país, cuja bandeira de luta consistia em incluir no currículo escolar o estudo da temática “história e cultura afro-brasileira”. Por outro lado, não podemos esquecer que muito ainda precisa ser feito para que a Lei não se torne letra-morta e venha contribuir, de fato, para uma educação multicultural.

Interessante destacar os avanços e os retrocessos ocorridos na tentativa de gerar a promoção de igualdade racial. Neste sentido, políticas de ações afirmativas que dessem respaldo à

efetivação da delas foram criadas, como a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), criada em 2003, a qual se encontra atualmente vinculada ao Ministério de Direitos Humanos (MDH), e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão (SECADI), sendo extinta no ano de 2019.

3. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

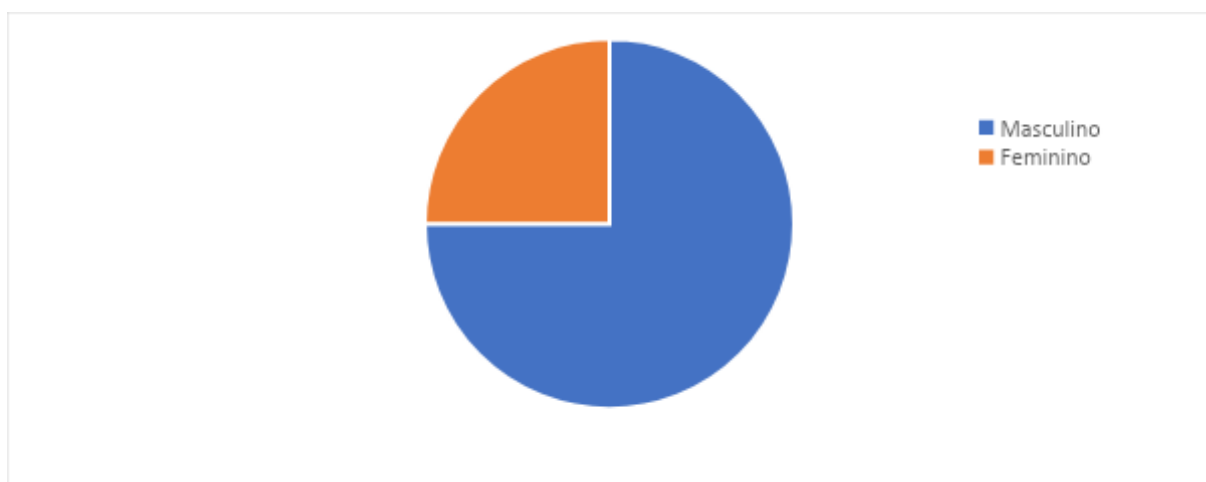
A Escola Municipal Conrado Saraiva de Moura foi fundada no dia 1º de agosto de 1973, localizada na comunidade Mucambinho, no município de Nossa Senhora de Nazaré, no Piauí. A instituição tem esse nome por conta da doação do terreno feita pelo proprietário Conrado Saraiva de Moura.

Inicialmente a escola ofertava apenas os anos iniciais do 1º ao 4º ano, quando, no mês de março do ano 2000, foi implantado o 5º ano. Já no ano de 2002, a escola atendia alunos do ensino fundamental I e II. Atualmente esse espaço atende alunos desde a educação infantil (creche, pré-I, pré-II) do 1º ao 5º ano na parte da manhã, até alunos do 6º ao 9º ano no período da tarde.

3.1 Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Visando compreender a temática proposta no universo pesquisado, foram realizadas entrevistas (com questões previamente estruturadas) com os professores da referida instituição. Os dados captados apontaram uma variação na idade dos entrevistados (gráfico1).

Gráfico 1: Gênero dos professores entrevistados

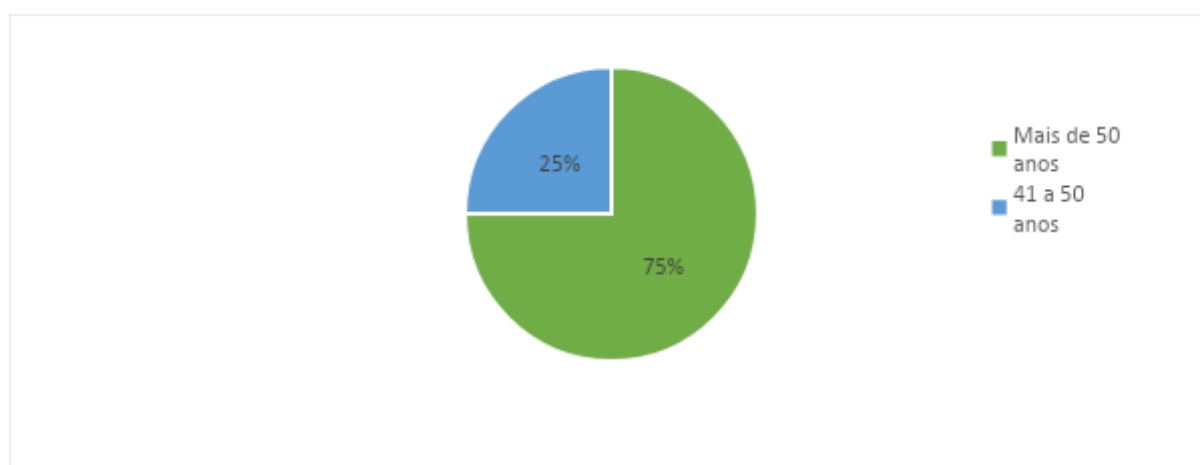


Fonte: Pesquisa do autor (2021).



De acordo com o referido gráfico, é possível analisar que 75% (setenta e cinco por cento) são do gênero masculino e 25% (vinte e cinco por cento) do gênero feminino, com predominância do sexo masculino na área pesquisada. Quanto à idade dos entrevistados, encontra-se uma variedade relevante, sendo predominantes as pessoas com mais de 50 anos, com a porcentagem de 75% (setenta e cinco por cento) e em seguida os professores com a idade equivalente a 41 a 50 anos, apresentando a seguinte porcentagem 25% (vinte e cinco por cento), conforme mostra o gráfico 2.

Gráfico 2: Idade dos professores entrevistados

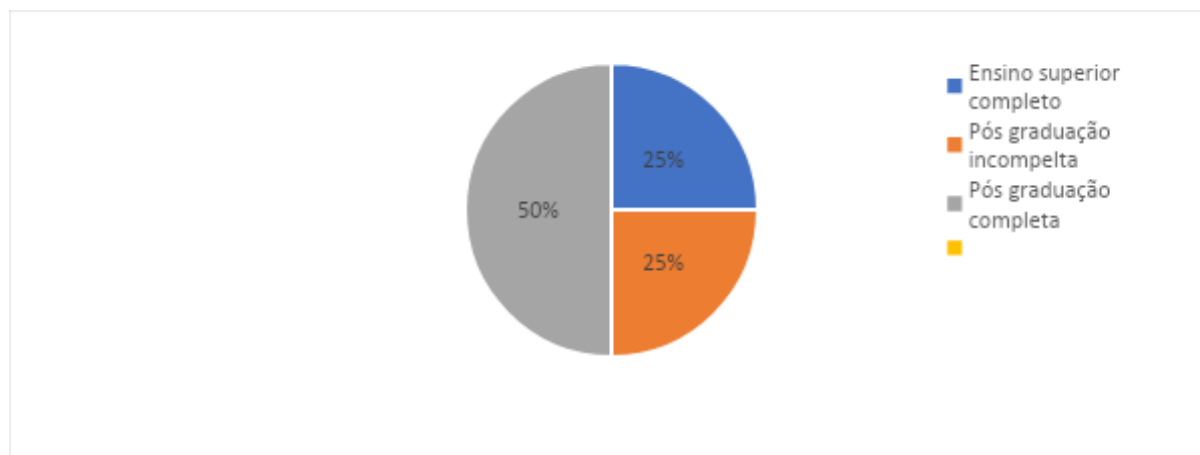


Fonte: Pesquisa do autor (2021).

Ao que se refere ao grau de instrução dos entrevistados, verifica-se que 50% (cinquenta por cento) deles possuem Ensino Superior Completo. Observa-se que, dentro do espaço da pesquisa, metade dos entrevistados só apresentam a graduação completa. Vale salientar que 25% (vinte e cinco por cento) dos entrevistados contêm Pós-graduação incompleta e 25% (Vinte e cinco por cento) têm Pós-graduação completa, como mostra o gráfico 3.



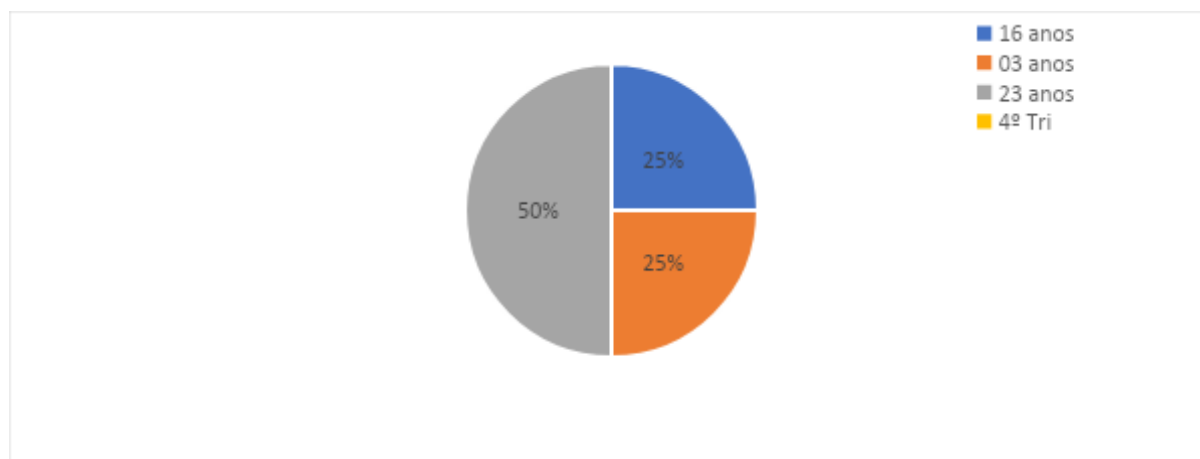
Gráfico 3: Grau de instrução dos professores entrevistados



Fonte: Pesquisa do autor (2021).

Ao serem questionados sobre a sua área de graduação, obteve-se uma variação de 50% (cinquenta por cento) para cada uma dessas áreas: Licenciatura Plena em História e Licenciatura Plena em Geografia. Vale ser ressaltado que todos esses professores atuam no ensino fundamental II na disciplina de História.

Gráfico 4: Tempo de docência dos professores entrevistados

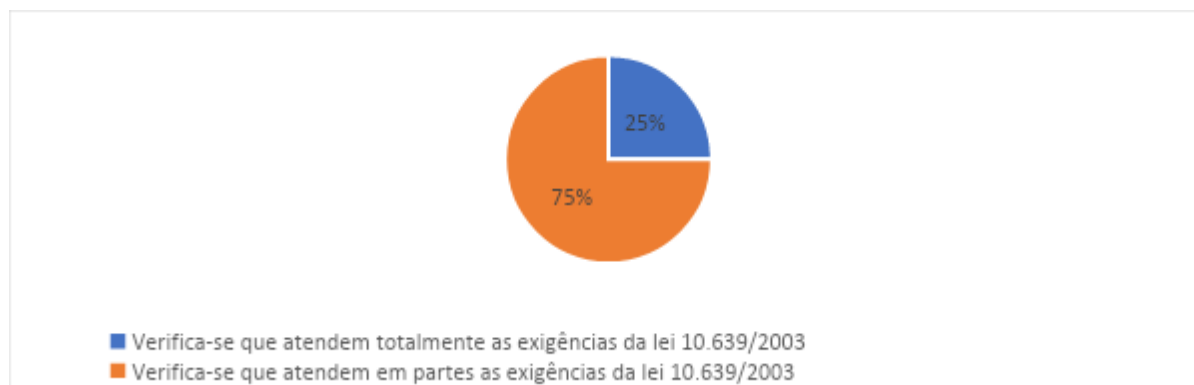


Fonte: Pesquisa do autor (2021).

Ao que se refere ao ensino de História e Cultura afro-brasileira e à promulgação da Lei 10.639/2003, que torna obrigatório esse ensino, foi questionado aos professores sobre como os assuntos são abordados nos livros didáticos escolhidos pela equipe pedagógica da instituição. Obteve-se as respectivas respostas (gráfico 5).



Gráfico 5: Concepção dos professores acerca dos assuntos abordados nos livros didáticos com a aprovação da Lei 10. 639/2003

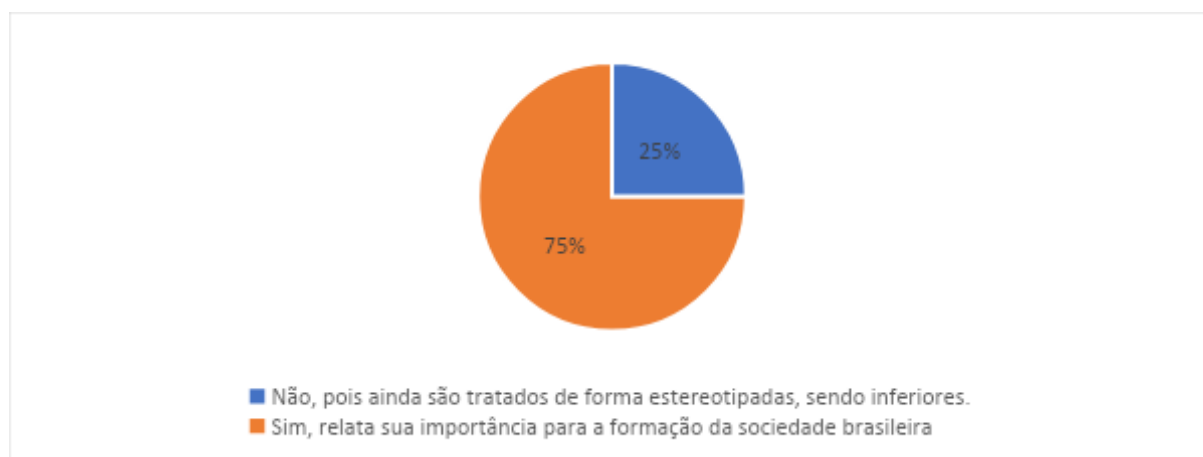


Fonte: Pesquisa do autor (2021).

Dentro desse cenário, é observado que a resposta mais apontada pelos sujeitos da pesquisa, 75% (setenta e cinco por cento), indica que os livros didáticos utilizados pela instituição estudada atendem em partes as exigências que compõe a Lei 10. 639/2003. Em seguida, com 25% (vinte e cinco por cento), é obtida a resposta de que os livros didáticos utilizados atendem totalmente as exigências prescritas pela Lei 10.639/2003.

Sobre a percepção dos entrevistados acerca de como o livro didático ressalta os negros que foram trazidos do continente africano na condição de escravizados, percebeu-se que a maioria afirma ter conhecimentos de seu significado como formadores da sociedade brasileira. As respostas se encontram no gráfico 6.

Gráfico 6: Concepção dos entrevistados acerca do papel do negro africano, de acordo com o livro, como formadores da sociedade brasileira



Fonte: Pesquisa do autor (2021)



Vale salientar que 75% (setenta e cinco por cento) dos entrevistados alegam que os livros didáticos abordam que os negros trazidos têm grande importância para a formação da sociedade brasileira, dando destaque para suas contribuições sociais e culturais. No entanto, 25% (vinte e cinco por cento) dos entrevistados afirmam que o livro didático não aborda a importância do negro para a sociedade, no qual ainda é concebido de forma estereotipada, tidos como inferiores, sem cultura, fator este que os europeus utilizavam como justificativa para escravizá-los.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas instituições de ensino, se encontram uma diversidade cultural categoricamente expressiva, no entanto, mesmo sendo um espaço educador, as escolas passaram a ser também instrumentos de proliferação de atitudes racistas, reverberando nas demais camadas da sociedade. Por esse debate, é fundamental compreendermos autores como Cruz (2005), Domingues (2007) e Fernandes (2008).

A hipótese levantada foi confirmada ao ser constatada: é perceptível que, na maioria das instituições de ensino básico, há um desconhecimento e estranhamento por partes dos professores e até dos gestores no que diz respeito à Lei 10.639/2003, bem como a falta de programas educacionais voltados para a capacitação deles, ao afirmarem que as dificuldades se dão pela falta de formação específica para a abordagem da Lei e pela falta de materiais didáticos que auxiliem na explanação de conteúdo.

Nesse sentido, é necessário medidas além das que a escola vem apresentando, como os projetos voltados para o Dia da Consciência Negra, por meios de palestras, pinturas, entre outros. Porém, para tornar-se efetiva a aplicação da lei, são necessários investimentos em cursos de capacitação visando a formação de profissionais qualificados, materiais mais atualizados e com mais dinâmicas, pois influencia na transformação tanto do planejamento quanto da postura dos docentes.

Acerca dos livros didáticos utilizados pela escola, estes procuram atender as exigências da lei, visto que há uma predominância de personalidades negras de destaque na sociedade, estas se sobressaindo e ficando em detrimento a imagem do negro escravizado. No geral, os capítulos voltados para a História da África, para os povos e cultura africana destacam-se a apresentação de homens e mulheres negros tanto do passado como do presente, como artistas e líderes políticos, ou seja, mostrando negros ocupando espaços de prestígio e poder. Observa-se também o uso de ferramentas para auxiliar os alunos como os boxes com dicas de vídeos, documentários com texto “Para saber mais”, “Para refletir”, “Vozes do presente” e “Vozes do passado”, é



disponibilizado ainda ao aluno a “Leitura de imagem” instigando a interpretação iconográfica. No que se referem às exigências da lei, as ferramentas utilizadas, no final dos capítulos principalmente acerca da história africana e afro-brasileira, despertam no aluno um senso crítico mais aguçado.

Portanto, espera-se fornecer contribuições, por meio dessa pesquisa, para futuros estudos, tornando essas informações sobre as medidas tomadas no sentido de aplicação acerca da História e Cultura afro-brasileira, na Escola Municipal Conrado Saraiva de Moura, favoráveis para a população e para aqueles que considerarem relevante a consulta desse trabalho para o auxílio no sentido de produzir pesquisas, projetos, práticas que enriqueçam e contribuam na formação de futuros docentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 10 jan. 2003.

CRUZ, Mariléia dos Santos. **Uma abordagem sobre a História da educação dos negros**. Brasília-DF: SECAD/MEC, 2005. p. 21-33 (Coleção Educação para Todos, vol. 06).

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Revista Tempo, Universidade Federal Fluminense, vol. 23, p. 100- 122, 2007.

FERNANDES, Florestan. **O negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades**. Cadernos Cedes. Campinas, vol. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez., 2005.

OLIVEN, Arabela Campos. **Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil**. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 1 (61), p. 29-51, jan./abr. 2007.

ONOFRE, Joelson Alves. **A Lei 10.639/03 e seus desdobramentos em uma escola quilombola**. 171 f. 2014. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”**. **Cadernos de História**, v. 12, n. 17, p. 50-70, 17 out. 2010.



SOARES, Iraneide da Silva. **Caminhos, pegadas e memórias: uma história social do Movimento Negro Brasileiro.** Universitas Relações Internacionais, Brasília, v. 14, n. 1, p.71-82, Jan/Jun. 2016.

Enviado em: 22/05/2022
Aprovado em: 27/07/2022

Página 18